

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - CBH-SMT

1	ATA da 63ª Reunião da Câmara Técnica de Planejamento e Gerencimanento de Recursos
2	Hídricos – CTPLAGRHI - DO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIO
3	SOROCABA E MÉDIO TIETÊ
4	CBH-SMT

- **Data**: 21 de março de 2019
- 6 Local: Núcleo UFSCAR Santa Rosália
- 7 Rua Maria Cinto de Biagi, 130
- 8 Jardim Santa Rosália Sorocaba, SP.
- 9 A Câmara Técnica CTPLAGRHI reuniu seus membros e convidados, na pauta:
- 10 1) Manifestação sobre o EIA-RIMA do Loteamento Misto Ecivitas Smart City.
- 2) Apresentação do Termo de Cooperação entre Municípios do CBH-SMT para ações de interesse
- 12 ambiental SEMA Sorocaba
- 13 3) Deliberação do Plano de Aplicação 2019
- 4) Revisão dos Pleitos FEHIDRO fila de espera 2018
- 15 5) Proposta do edital FEHIDRO 2019
- 16 6) Informes
- 17 André Cordeiro, (Coordenador da CTPLAGRHI), abriu a reunião dando as boas-vindas e
- 18 agradecendo as presenças. Em breve introdução esclareceu, tendo em vista que vários presentes
- 19 compareceram exclusivamente por conta da análise do EIA rima do empreendimento Loteamento
- 20 Misto Ecivitas Smart City, sobre as funções do Comitê de bacia e especificamente da
- 21 CTPLAGRHI na análise do empreendimento, sobretudo que a Câmara não se restringe à análise de
- 22 empreendimentos e, que após parecer emitindo suas recomendações, notadamente visando a
- 23 diminuição dos impactos especialmente para as questões afetas a água e ao saneamento, será
- 24 redigida uma Deliberação do Comitê a ser aprovada na plenária do colegiado. Esclareceu que as
- 25 reuniões da Câmara são abertas ao público.
- 26 1) Manifestação sobre o EIA-RIMA do Loteamento Misto Ecivitas Smart City.
- 27 Kátia representando a empresa MKR Tecnologia, Serviços, Indústria e Comércio Ltda
- 28 especializada e responsável pelo EIA rima do empreendimento apresentou o EIA rima, com o título
- 29 ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL e o Relatório de impacto ambiental ECIVITAS SMART
- 30 CITY, em síntese, esclareceu que o empreendimento está na fase de licenciamento ambiental pelo
- Processo nº 238/2016 CETESB.035366/2018-40, protocolado em 03 de agosto do ano anterior, e a
- 32 presente reunião fazia parte do processo de análise pelo CBH-SMT. Empreendedor é Real
- 33 Elevadores Imobiliária associada à EMAIS Urbanismo Incorporações Ltda. Apresentou através de
- mapas, com recurso visual data show, a localização do empreendimento localizada na região oeste
- 35 do município de Sorocaba. O SMART CITY é um Loteamento aberto de uso misto, contemplando
- residenciais, abertos e comerciais com área total do empreendimento: 5.125.708,60 m², Área
- parcelada: 4.623.056,66 m² e uma Área remanescente: 502.651,94 m² sendo uma parte do anel
- 38 rodoviário previsto pelo Plano diretor de Sorocaba e, que atravessa a área do empreendimento.
- 39 Também apresentou um quadro de áreas, mas disse que como se tratavam de muitas informações
- 40 com muitos números não iria detalhar, mas o material estaria disponibilizado para o Comitê. Foram
- 41 previstos 7.765 lotes em área de 2.036.285,67 m² sendo: 5.158 lotes Tipo 1 para usos residenciais
- 42 permitidos na zona ZR3; 8 lotes Tipo 2 para usos comerciais permitidos na ZR3; 1.523 lotes Tipo
- 43 3 para uso misto, sendo permitidos todos os usos previstos para a ZR3; 966 lotes Tipo 4 para uso
- misto, sendo permitidos todos os usos previstos para CCS2; 50 lotes Tipo 5 para uso misto, sendo
- 45 permitidos todos os usos previstos para CCS2, composto por comércio e serviços no térreo e
- residencial a partir do segundo pavimento e 60 lotes Tipo 6 para uso misto, sendo permitidos todos



49

50

51

52

53 54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - CBH-SMT

os usos previstos no CCR. Também há áreas públicas: 22 Áreas Institucionais, 22 Áreas Verdes aproximadamente 1.112.666,14m² = 24,07% da área parcelada), 25 Áreas de Lazer, todas permeáveis, o sistema Viário, corpos d'água, área permeável com áreas dispostas ao longo do sistema viário: rotatórias e ilhas para facilitar a conversão de veículos, áreas remanescentes em pequena quantidade 502.651,94m² = 9,81% da área total da gleba além do Anel Rodoviário (238.648,92 m²). As dimensões previstas para os lotes: Área mínima de 200,00m² e testada mínima de 8,00m na ZR3 na zona residencial; Área mínima de 250 m² e testada mínima de 10,00m na CCS2 e Área mínima de 600 m² e testada mínima de 15,00m na CCR. Com população esperada: Número total de lotes: 7.765 lotes 5.158 lotes Tipo 1 - usos residenciais ZR3), no índice populacional do IBGE pelo Censo 2010: 3,26 pessoas por unidade e a possibilidade de verticalização de parte dos lotes resultando em 10.751 unidades, o que resulta em estimativa populacional de 35.049 pessoas. Áreas Remanescente, empreendimentos imobiliários área disponível e zoneamento municipal: máximo 1.363 unidades. População: 4.443 pessoas. População fixa total estimada é de 39.492 pessoas para o total do empreendimento ao longo do período de vinte anos aproximadamente. Carlos Tadeu, proprietário residente no condomínio Vivendas do Lago, disse que o empreendimento pegava parte da Flona como área de impacto. Kátia disse que o empreendimento deve começar pela fase 1, ao longo da estrada Jorge, e apresentou a perspectiva com a visão final do empreendimento após a sua conclusão. Sobre o anel viário a ideia seria interligação com as rodovias Castello Branco e a Raposo Tavares, e André complementou que a Prefeitura deveria ficar responsável pelo restante das obras do Anel Viário. Kátia disse que o condomínio Vivendas do Lago não faria divisa, mas Carlos disse que estaria na área de impacto de vizinhança. O PROJETO URBANÍSTICO foi desenvolvido considerando todas regulamentações pertinentes como a Lei federal nº 6.766/79, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, Lei federal nº 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica), Bioma Cerrado: Lei estadual nº 13.550/09, Resolução SMA 64/09, Resolução SMA nº 72/2017 com procedimentos para análise dos pedidos de supressão de vegetação nativa para parcelamento do solo, condomínios ou qualquer edificação em área urbana, e o estabelecimento de área permeável na área urbana e a Certidão nº492/2018-DPUS, 28/06/2018, Secretaria de Mobilidade, Desenvolvimento Urbano e Obras de uso do solo, viabilidade de abastecimento de água, coleta de esgoto e coleta regular de lixo 3 vezes por semana. Sendo que o projeto demorou cerca de 2,5 anos para ser desenvolvido com diversos projetos preliminares ajustados conforme recomendações da Prefeitura. E esclareceu que área não fará o desmatamento de vegetação nativa, apenas supressão de indivíduos nativos isolados. Carlos disse que estariam suprimindo 15.000 m2 de vegetação nativa, diversas árvores e Kátia disse que não tinha supressão de mancha de vegetação nativa porque a área não possuía 20% de vegetação nativa, e a questão ocorria no empreendimento apenas por solicitação da prefeitura que exigiu obras de interligação. André solicitou indagações mais objetivas, pois a Câmara técnica também tinha outros assuntos para tratar ainda na pauta. Sintetizou que a reclamação se dava porque a apresentação não coincidia com o EIA rima. O debate sobre o tema da supressão prosseguiu com leitura de trechos do EIA rima, Carlos insistiu que havia sim supressão, cerca de 1600 árvores isoladas e Kátia insistiu que havia supressão no trecho por conta de exigência da Prefeitura, mas não como projeto do empreendedor, que não tinha interesse de fazer o viário, e seria analisado a viabilidade pelos órgãos competentes. Simone, Comissão meio ambiente OAB, perguntou sobre a existência de laudos. Kátia disse que o EIA rima era completo, segundo exigências da Secretaria com os devidos estudos temáticos exigidos. André esclareceu que na página do comitê de bacia estava disponível o link para o acesso ao EIA rima, e James Martins, Diretor técnico da FABHSMT, disse que os interessados poderiam entrar em contato que enviaria o material com o acesso. Claudio Cutri



94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - CBH-SMT

Robles (Associação de Amigos do Bairro 25 - AA25) disse que deveriam analisar também qual seria a "conta" que a outra parte da cidade deveria pagar, a parte leste da cidade, porque a ligação rodoviária significaria mais 350.000 pessoas no mínimo na cidade, e já estavam sentindo o impacto na cidade, o comércio do centro da cidade estava morto e todo o comércio iria se deslocar para o norte, portanto o debate deveria discutir também tais questões amplas, até porque somente o empreendimento em questão equivalia a aumento de 7% da população de Sorocaba, sendo que havia outros empreendimentos na cidade, e passou a citar outros empreendimentos, empreendimentos imobiliários, em Sorocaba. André lembrou que o comitê de bacia poderia auxiliar na discussão sobre o planejamento do município e propôs a realização de nova Audiência Pública, inclusive porque havia muitas dúvidas e críticas sobre o empreendimento. Carlos disse que concordava, seria necessária visão do todo, cobrindo questões como a impermeabilidade da área, dos outros empreendimentos imobiliários no município, elencando pelo menos 3 outros empreendimentos previstos. Iara Bernardi (Câmara Municipal de Sorocaba) disse que seria necessária analisar o impacto do empreendimento no município como um todo, apontando que gestões anteriores municipais permitiram muitas irregularidades e solicitou melhor explicação sobre a interligação solicitada pela Prefeitura. Kátia disse que se tratava de criar uma área, e que seria um obstáculo. Iara disse que estaria garantida a Audiência pública. Kátia disse que haveria várias fases do estudo, sendo uma delas a conversa com a comunidade, no item do EIA rima Organização social quando os empreendedores fizeram o trabalho de levantamento de dados preliminares e dados primários, quando realizaram também reuniões para conversar com as pessoas, além de entrevistas em regiões selecionadas por amostragem. Eleusa Maria, Coordenadora da CTPA disse que estavam envolvidas diversas questões, assim, necessitavam de mais tempo para a devida análise, seria muito prematuro apresentar o Parecer em curto prazo. André esclareceu que a CETESB solicitou parecer, com prazo de 60 dias, poderiam se manifestar depois também, mas talvez só teriam a opção de influenciar na Licença de operação, mas o papel do Comitê é muito importante, por exemplo levantando questões da viabilidade de abastecimento de água para contemplar o aumento da população. Teceu críticas ao formato das Audiências públicas, não facilitando a ampla discussão, e uma série de entraves, portanto seria interessante que a Câmara municipal e a OAB realizassem empenho para uma nova audiência pública em formato que permite maior participação da população, com horário, dia e local mais adequado para a real participação das pessoas. Carlos perguntou sobre a carta de autorização do Serviço de águas do município, SAAE de Sorocaba, sobre a rede de água e de esgoto, atendendo a legislação, mas a questão seria a parte da Prefeitura, das garantias, mas condomínio teve reunião com representante da Prefeitura, no mês anterior, cobrando água para abastecimento do condomínio, no plano municipal, e mesmo que fizesse a rede com os custos do condomínio não haveria água para fornecimento, sendo que na realidade o condomínio não é abastecido pelo esgotamento e pelo abastecimento de água. André esclareceu que a região de Sorocaba já está com déficit hídrico, utilizando água que não tem, o que em tese significaria que os municípios deveriam evitar a aprovação de qualquer empreendimento, porém longe do poder do Comitê, mas um poder do município, caberia ao Comitê alertar os municípios. Carlos comprovou, disse que cada vez mais estava reduzida a vazão dos poços artesianos. Wendell Vanderley, Vice-presidente do Comitê, diz que o foco do Comitê é a água. Claudio disse que seria importante deixar registrado a manifestação dos moradores do condomínio, que o empreendimento traz impacto para a cidade e tudo deve ser discutido antes da licença inicial. Também voltou ao tema da impermeabilização da área pretendida pelo empreendimento. André disse que no comitê basta qualquer pessoa propor a moção, no seu ponto de vista seria importante moção, e reiterou a fala de Eleusa, para o parecer não sair até a próxima reunião, no que André



140

141

142

143

144

145

146 147

148

149

150

151

152153

154 155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - CBH-SMT

concordou, poderiam debater mais. Kátia continuou dizendo que seguiu as normativas legais e o projeto foi aprovado inclusive com a viabilidade do uso do solo em que dentro do Zoneamento Municipal a região extremo oeste de Sorocaba em área urbana, especificamente na zona de uso denominada Zona Residencial 3 (ZR3), sobre a qual também incidem corredores comerciais -Corredor de Comércio e Serviços 2 (CCS2) e Corredor de Circulação Rápida (CCR) (Mapa 02 -Zoneamento Municipal Proposto, anexo da Lei nº 11.022, de 16 de dezembro de 2014: Plano Diretor de desenvolvimento físico territorial do município de Sorocaba, dentro da validade do documento, mas André diz que o Plano diretor não foi revogado, no que, os presentes debateram se houve ou não revogação do Plano. Kátia voltou ao tema da intervenção de pequena faixa de intervenção na vegetação, por conta do Viário previsto no Plano diretor, mostrando a área de localização, onde a entrada e a saída permanecem as mesmas na maior parte como ZR3, Sobre o abastecimento de água, o SAAE- Servico Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba, na Lei municipal nº 11.022/14 - Plano Diretor do Município, a área foi inserida nos Planos de Abastecimento de Água e Coleta de Esgotos Sanitários do Município, no Centro de Distribuição CD-27 Ipatinga e sub-bacia de esgoto Itanguá. Durante a negociação foi realizado Termo de Compromisso para Implantação de Interceptor de Esgoto Sanitário - Coletor-Tronco Santa Rita na Sub-bacia Itanguá - sob Responsabilidade Exclusiva dos Empreendedores, assinado em 15 de fevereiro de 2016, pelos empreendedores e a Fazenda Itanguá Mirim Ltda. Obra executada e já entregue. Termo de Compromisso para Implantação de Obras do Sistema de Abastecimento de Água - CD Ipatinga - sob Responsabilidade Exclusiva dos Empreendedores, assinado em 04 de maio de 2016. Toda a construção por conta do empreendedor e empreendedores em conjunto. Carlos disse que as obras estão beneficiando o empreendimento e a vizinhança só recebendo os impactos, não benefícios. Kátia disse que segundo as informações do SAAE as obras não seriam única e exclusivamente para o empreendimento. Claudio disse que poderiam fazer um relatório macho sobre o problema de abastecimento de água em Sorocaba colocando para a Câmara e a Prefeitura. André disse que o documento já existe, chama-se Plano de bacia. Iara ressaltou que o empreendimento impacta mais ainda. Carlos disse que faltava uma cobrança em cima da Prefeitura, porque primeiro não demonstravam transparência, como teria água para o empreendimento e não teria para o condomínio Vivendas do Lago. Simone pergunta sobre a questão da impermeabilidade e o sistema de drenagem devido a construção do empreendimento, inclusive porque os poços profundos na região estão secando, e se existia algum Plano. Mário Eduardo diz que supressão de minas e nascentes deveria ser impensável, e Carlos disse que no local havia 8 nascentes, Kátia diz que não, seria ilegal e teria que preservar as áreas, Mário continuou dizendo que o Parecer do Comitê e poderia influenciar para uma melhor regulação e o Ministério Público tem ferramentas para atuar e ainda outro representante em foi no mesmo sentido solicitando parecer sobre a questão do abastecimento de água, de acordo com as etapas do empreendimento, relatando que empreendimentos do mesmo porte não devem mais ser aprovados em que o Ministério público tem que agir como Agente Público contra as autoridades que aprovaram o empreendimento, e Carlos complementa que a Prefeitura tem que seguir as leis, e perguntou, quem cobra isso dela? Disse que deveria se apresentado termo de compromisso do empreendedor e da Prefeitura. Aumorim, UFSCAR Sorocaba, perguntou sobre o estado dos corpos d'água atravessando o empreendimento, das nascentes. Kátia passou a apresentar o tema da ADA e AID. Para o meio físico e biótico, ilustrado por meio de uma figura imaginária na Sub-Bacia 4 - Médio Sorocaba da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídrico (UGRHI) 10, formada pela área de drenagem do Córrego Fiorante e seus afluentes, que deságuam na margem esquerda do Ribeirão Itanguá. AID para o município de Sorocaba e AII Bacia Hidrográfica do rio Sorocaba e Médio Tietê/Plano Estadual de



187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - CBH-SMT

Recursos Hídricos: Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos Tietê/Sorocaba-UGRHI 10 com 18 municípios da Região de Sorocaba do meio socioeconômico. Sobre a Geologia, Sorocaba é dividido em duas grandes unidades geológicas: Unidade das rochas cristalinas e Unidade das rochas sedimentares (área do empreendimento) - SubGrupo Itararé. As rochas sedimentares geram um relevo suave de colinas, com declividades moderadas no geral. Assim, a implantação do empreendimento irá requerer terraplenagem pouco significativa. Em termos geotécnicos, o solo gerado pelas camadas sedimentares do SubGrupo Itararé e associado ao relevo de colinas não gera situações de risco à ocupação habitacional. O potencial de erosão do solo é maior nos setores onde predominam as camadas arenosas, porém, em níveis nos quais a adoção de medidas tradicionais de Engenharia são suficientes para o controle da erosão. Com potencial de gerar enchentes e alagamentos, apenas o vale situado junto à divisa sudeste do projeto apresenta planície de inundação definida. No interior da área, os trechos dessa planície constituem Áreas Verdes do loteamento, não havendo previsão de ocupação em seu entorno. O impacto para empreendimento é que não deve haver movimento de solo muito grande por conta da declividade e o potencial de enchentes e alagamento é em uma área muito pequena, que já está no limite próximo fora do empreendimento, e a estrada se torna intransitável em época de chuvas, mas sofrerá melhorias. Também mostrou os pontos de captação de água outorgados pelo DAEE, com 2 para usos industriais. No meio biótico foram feitos os levantamentos tanto da ADA, como AID, com mapeamento e detalhamento da cobertura vegetal incluindo questões de uso e ocupação do solo. Das nascentes e APPs, as nascentes foram identificadas caracterizando as nascentes com trabalho de campo e todas serão preservadas, inclusive já existem 3 barramentos sequenciais, também serão mantidos, somente serão regularizados e eventualmente se necessitar de algum projeto para melhoria. Carlos perguntou sobre 5 cursos d'água, disse que deveriam sobrepor as imagens para verificar se houve ou não supressão de cursos d'água e vegetação. Kátia demonstrou no mapa, e o Fiorante, o principal, esclarecendo e mostrando no mapa região que não sofreria modificações sendo integrada na mancha de vegetação, e que as nascentes jamais seriam suprimidas. Mostrou também o projeto urbanístico onde as manchas de vegetação permanecem como áreas verdes, a planície de inundação contígua a área verde, nascentes e represamentos existentes, ou seja, que não havia intenção do projeto de supressão. Carlos perguntou se também sobre a exigência de permeabilidade do solo, observando o cuidado no Condomínio Vivendas. André disse que poderia constar como parte do parecer do Comitê, inclusive para as áreas internas e o aumento de áreas de APP. Kátia disse que as áreas para a compensação ambiental seria decidida na próxima fase, mas que poderia ser combinado também, e que no meio biótico o destaque estaria com a Flona, mostrando no mapa a área de amortecimento e os 3 km delimitados no em torno do empreendimento, de acordo com a expansão urbana do município, sendo a área do empreendimento bem no limite. Esclareceu que a Flona também está sendo consultada da mesma forma que o comitê de bacia. Sobre os impactos adotaram metodologia tradicional nos atributos natureza, origem, duração, contemporaneidade, abrangência, a possibilidade de medicação, magnitude, entre outros, os quais não detalhou porque são conhecidos de forma geral por todos, mas se encontram detalhados no EIA, tanto para fase do planejamento, quando possível, como da implantação e da operação. Esclarecendo novamente que a intervenção em APP se dará por conta única e exclusivamente para implantação da infraestrutura. A intervenção será quantificada e compensada, desde que aprovada. Mostrou que para cada impacto há medidas propostas dentro do EIA. De forma geral fizeram plano de controle geral das obras, plano de educação ambiental, saúde e segurança do trabalho para a fase de obras, programa de comunicação social, de gerenciamento dos resíduos sólidos, acompanhamento da supressão da vegetação durante as obras para ocorrer



232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - CBH-SMT

somente no local específico e autorizado, gestão de recursos hídricos, monitoramento da fauna silvestre e compensação ambiental. Das conclusões, foram identificados 38 impactos ambientais, a maioria de pequena magnitude (25) e significância (18): empreendimento de baixo impacto ambiental, ocupação do loteamento e ao meio socioeconômico, 3 dos quais positivos e de grande significância porque o projeto é grande com diversos lotes comerciais gerando emprego e renda para diversas pessoas, não durante a fase de obras porque não há a construção das unidades habitacionais, só há implantação da infraestrutura, é um loteamento. E 14 impactos têm duração temporária, ou seja, tendem a cessar após a ação impactante na fase de obras, mas sempre buscaram minimização de impactos, e todos impactos negativos são de magnitude significância pequena, além de serem todos acompanhados de medidas de mitigação e, existem impactos ambientais positivos, principalmente na sócio economia. Justificativas do empreendimento e, principalmente, alinhamento com as diretrizes de expansão urbana municipal - Plano Diretor de Desenvolvimento Físico Territorial, Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana (PDTUM), Plano Diretor do Sistema de Abastecimento de Água do SAAE Sorocaba e Plano Diretor do Sistema de Esgotamento Sanitário do SAAE Sorocaba. Havia benefícios socioeconômicos para a região, portanto consideraram que o empreendimento é viável ambientalmente, tendo em vista que as possíveis alterações que ocorrerão nas áreas de influência do empreendimento não comprometerão sua qualidade ambiental, desde que efetivadas as ações de gestão dos impactos previstos no EIA. Kátia se colocou à disposição para contatos, disponibilizando os meios. André esclareceu que o Parecer final ainda deverá ser elaborado, não para a próxima reunião do comitê, porque deveriam estudar melhor, e continuaria análise na próxima reunião da Câmara, já constando a necessidade de uma nova Audiência pública, com ampla divulgação, e para a Prefeitura solicitar o Impacto de vizinhança. Eduardo Francisco, morador do condomínio Vivendas do Lago, solicitou esclarecimentos sobre as finalidades da CTPLAGRHI, que foi esclarecido pelo Coordenador André, além de dizer que todas as reuniões são públicas e abertas. Eduardo Francisco solicitou constar que estava preocupado com o desenvolvimento no município, e as questões criminais e legais envolvidas no tema, que parecia fundamental no diálogo a participação do Ministério público, devendo ser convidado para participar do diálogo, formalmente, e alertou, notadamente representantes do município de Sorocaba que não adiantava pensar somente nos interesses dos empreendedores, dos loteadores, sem pensar na estrutura adequada para os moradores porque vender lotes era fácil, havia muita tecnologia, todavia não teriam toda infraestrutura de serviços adequada, porque o acréscimo populacional significa acréscimo também de postos de atendimento, escolas, e outras estruturas de serviços fornecidas pelo estado, e também disse que estava muito preocupado com a questão do tráfego de veículos no município, que já sofria os efeitos por causa do crescimento desordenado, não só na periferia como nas áreas nobres, por conta dos especuladores que há décadas dominam o município, preocupante também a quantidade e o nível das pessoas circulando na área, e o nível de construção, não por preconceito, com poder público ausente e polícia incapaz de conter o que acontece em outras regiões da cidade e, população assistido passivamente. Perguntou quem representava a Prefeitura de Sorocaba e do SAAE de Sorocaba. André explicou que o SAAE fazia parte do Comitê, mas não da Câmara, então Eduardo solicitou para constar a ausência do SAAE de Sorocaba. Clovis, SAAE de Sorocaba, se apresentou e houve debate entre Eduardo e Clovis, André diz que já estavam finalizando o tema, iniciada às 9h da manhã, e no momento que Eduardo chegou já estavam no final da apresentação, disse que as colocações eram importantes, constando em Ata, porém ainda tinha outros temas a debater e solicitou o encerramento da fala de Eduardo para o devido andamento da reunião. Eduardo finalizou, dizendo Clovis do SAAE de Sorocaba, estava fora e entrou na sala e, perguntou qual era



278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318 319

320

321

322

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - CBH-SMT

a postura do órgão que se refere a questão da água na região, quais eram os projetos para atender a necessidade de água da região. Clovis disse que Eduardo já sabia, se sabia onde era o reservatório, houve debates generalizados e Eduardo disse que estavam no momento participando de um debate democrático, queria entender para se aproximar, sabendo que todos estavam cansados, mas não compareceu para confrontos. Perguntou "se o representante do SAAE, que aqui está, pudermos explicar os projetos para entendermos a demanda de água na região. As necessidades que vão decorrer disso, e se o senhor não tiver a informação entendo." Clovis disse que havia projetos para atender a região e solicitou para se dirigir ao SAAE para obter maiores detalhes. André disse que havia um Plano diretor de água. Eleusa disse que iria se retirar se continuasse o tumulto. André solicitou calma a todos, esclareceu que a reunião não era uma Audiência pública, mas reunião da Câmara de planejamento do Comitê, ainda tinham outros temas em pauta, adicionalmente, o Parecer da Câmara estava em elaboração, e realizariam ainda mais reuniões sobre o tema, o debate sobre o empreendimento continuaria na próxima reunião da Câmara. Aproveitou para convidar todos novamente e disse que infelizmente não poderia mais abrir a palavra para poder dar conta da pauta do dia, já estavam nos encaminhamentos quando abriu a palavra para Eduardo, e já tinham ouvido também a palavra dos outros participantes, anotando todos os pontos relevantes, conforme elaborados nesta Ata, a ser publicada no site do Comitê e, que poderão constar do Parecer da Câmara. Foi solicitado modificação da palavra preferencialmente para necessariamente favorecer a infiltração da água no solo. Finalizando o tema André agradeceu a presença da empresa, dizendo que pelo menos deveriam divulgar melhor o empreendimento no município e, novamente a presenca de todos participantes. Wendell informou, de acordo com a Deliberação que rege o processo eleitoral do comitê há uma série de procedimentos e o cronograma, inclusive no sábado anterior foi realizada a reunião do segmento da sociedade civil para preencher as 36 vagas, conseguiram contemplar 34, e deverão fechar as 2 vagas restantes de acordo com cada segmento que se reunirá em salas separadas para escolha dos representantes. Disse que haveria reunião no dia seguinte do Conselho da FABHSMT em Tatuí e no dia 28 de março a plenária do Comitê coroando todo o processo eleitoral, onde não haverá disputa, a sociedade civil não irá pleitear a Presidência, quando deverá ser escolhido o novo Presidente ou reeleito o atual, o Prefeito de Sorocaba, e o comitê também deverá indicar o novo Presidente da FABHSMT, a Agência que realiza o trabalho executivo do comitê, e também para o Fórum paulista dos comitês, no CONESAN e no CRH em São Paulo, que já possui um representante, SOS Mata Atlântica, pelo segmento sociedade civil, mas também um novo representante do Comitê. Sobre a próxima reunião do comitê disse, "Aconteceram algumas coisas bem desagradáveis, achei desnecessário, na reunião 7 de dezembro em Boituva, o Prefeito não estava, só o Vice, eu, pelo Estatuto conduzi a reunião, quando perguntamos onde será a próxima reunião, quem se oferecia para receber como anfitrião o Comitê, e todas as vezes, com exceção de uma, os Prefeitos levantam oferecendo local, em uma anterior a Fundação SOS Mata atlântica solicitou para a reunião será na Estrada parque, na estrada dos romeiros e uma casinha que ainda é a sede da SOS, e fizemos lá uma ótima reunião, com apoio da sociedade civil evidentemente, dos Prefeitos e do Estado, não tem estrutura muito grande lá mas colocamos as tendas brancas enormes e estava um belo dia de sol, fomos cumprimentados por todos, uma ótima reunião, e nesse dia como ninguém se ofereceu a SOS se ofereceu, e houve um palpite do Prefeito de Jumirim, Darci, eu indico, sugestão, o Parque Tecnológico de Sorocaba, ninguém reagiu, e eu perguntei como ficava? E a Fundação SOS Mata atlântica solicitou reunião lá, e será lá. Tivemos problemas porque tinha reunião no sigrh, tinha a reunião, mas não o local e agora tem o local que é o Centro experimental da Fundação na rodovia Marechal Rondon, e eu já fui lá em um evento para 200 pessoas, no aniversário de 10 anos desse Centro, o lugar é muito



324

325

326

327 328

329

330 331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - CBH-SMT

bom, além da mesa no palco são 120 cadeiras, perfeito, tem um salão a enorme para o Estado e uma de mais retirada para os Prefeitos, também com o coffe-break, e vamos ver se o pessoal consegue almoço para nós, não sabemos se vai ter. Também uma coisa muito desagradável, que a sociedade civil atropelou processo, tive que dar aula então que isso já foi feito em Itu, pela SOS Mata atlântica, e que todos podem requisitar a reunião, não são só os Prefeitos, porque também veio um cidadão de uma Prefeitura perguntando porque atravessamos, é coisa de prefeito, e eu disse que iria ensinar para ele, que qualquer representante pode requisitar, é realizado no final da reunião, e pode ser votado, já aconteceu, na última reunião em Tatuí tivemos 3 interessados, prefeituras, dai foi feito o escalonamento, de forma civilizada, é assim que a coisa acontece. Tudo isso vai acontecer lá, do que eu disse, e outra coisa que estão perguntando, se teve gente de Secretaria de meio ambiente de Prefeitura, nós não estamos sabendo de nada, então eu falei para eles procurarem se informar, desde o dia 07 de dezembro, na Deliberação tem as datas, e que não estava lá era só se informar, 28 de março em Itu, e eu disse para o cidadão, sinto muito, fale para a sua turminha melhorar o poder de convivência, para melhorar as coisas. Estão nos cobrando o ofício, o convite, a pauta ainda está aberta, e disse que ainda iria sair, depois dessa reunião na Câmara, porque tem gente que cobra, eles precisam prestar contas, precisam do Ofício, me cobram não porque são chatos, porque precisam." Também disse que estavam agendadas, segundo solicitação do CBH-SMT visitas técnicas na empresa Votorantim energia, dia 26 de março, na Usina, e ainda será agendada a nova data sobre segurança de barragens, e outra na CBA Alumínio, foi feita solicitação por e-mail e estão aguardando a resposta, e ainda com uma outra visita técnica na barragem de resíduos da CBA além de depois agendar uma nova visita com a EMAE da famosa barragem de Pirapora do Bom Jesus. André disse que haveria transportes saindo de Sorocaba para a reunião plenária do Comitê, os interessados deveriam se inscrever. Eleusa informou, convidando todas para o dia seguinte, evento da CTPA, com organização da OAB Votorantim em parceria com CBH-SMT, haverá palestra em Itupararanga do gestor da APA Itupararanga, Gomes (Fundação Florestal) e também de Viviane Araújo da SOS Itupararanga sobre a participação da sociedade civil sobre seu papel contribuindo de forma efetiva e concreta e na sequência o professor doutor André Cordeiro sobre a qualidade de água de Itupararanga, com maiores informações disponíveis no site do Comitê.

352 2) Apresentação do Termo de Cooperação entre Municípios do CBH-SMT para ações de interesse
353 ambiental - SEMA – Sorocaba.

Sara, técnica da Prefeitura de Sorocaba, apresentou, em síntese, esclarecendo que desde o ano anterior os municípios da região se organizaram para elaborar documento formal praticando uma série de ações conjuntas, que já existia, mas sem o documento formal também com objetivo de intensificar ações futuras, sendo que no início do ano já discutiram ações para a semana intermunicipal da água, realizando inclusive um plano de trabalho, sendo acordado: o município apresentar ação a ser executada ao longo do termo, considerando que já havia um grande número de municípios participando da proposta entraram em contato com o comitê solicitando divulgação para os demais municípios da bacia, considerando interessante a assinatura do termo na plenária do comitê do dia 28 pela conveniência e coincidência com a agenda do comitê, além da presença dos Prefeitos. A cooperação tem por objetivo ações de interesses específicos dos municípios relativas à proteção e conservação do meio ambiente, quando serão realizados uma série de encontros, e propostas para o alcance das metas e de ações priorizadas de acordo com o encontro do ano anterior que definiu as diretrizes. O Termo de cooperação foi finalizado contemplando 13 municípios da bacia: Capela do Alto, Cerquilho, Ibiúna, Iperó, Itu, Mairinque, Piedade, Porto Feliz, Salto de Pirapora, São Roque, Sorocaba, Tatuí e Votorantim, correspondendo a 1.300.000



370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - CBH-SMT

habitantes, ou cerca de 70% da bacia. Apresentou também o cronograma, concordam em consta no Plano de trabalho do Termo, além de questões burocráticas para participação, quando também será executado cronograma de acompanhamento das ações por uma equipe, possivelmente com os membros já participantes do grupo. Houve a pergunta se Tapiraí ficou de fora do termo. Sara respondeu que os municípios foram convidados. James apresentou a lista de contato com todos os representantes do Comitê conforme conversa com Sara, e além disso foi comunicado também no grupo da rede social, e por celular inclusive foi elaborado um resumo e, esclarecidos os prazos. Eleusa esclareceu que a Tapiraí pertence à Bacia de Ribeira de Iguape, e Sara explicou que o critério foi na bacia, inicialmente o recorte foi a região metropolitana de Sorocaba, depois sendo eliminado porque os desafios extrapolam os limites, inicialmente trataram com os municípios mais articulados e depois abriram para toda bacia, os que demonstraram interesse são de ambos recortes, e tiveram que definir os prazos, inclusive porque há ainda municípios que não estão articulados que poderá provocar atrasos na agenda dos municípios que já estão engajados no processo, por isso pensar em deixar o termo de cooperação, com duração de 3 anos, com avaliação anual, ou seja, esperar por outros municípios significaria perder um tempo muito grande para os municípios já engajados, por isso fecharam com os 13. De toda forma o Termo poderia ser embrião para o Termo maior tendo a bacia como um todo, estabelecendo grupos de acompanhamento por regiões da bacia. James esclareceu que Botucatu já tem um Termo muito parecido com sua região, de toda forma solicitou a divulgação. Finalizando solicitou inclusão da assinatura do Termo na pauta da reunião do comitê.

- 389 3) Deliberação do Plano de Aplicação 2019;
- 390 4) Revisão dos Pleitos FEHIDRO fila de espera 2018 e;
- 391 5) Proposta do edital FEHIDRO 2019

André esclareceu o que a definicão do Plano de aplicação dos recursos no ano de 2018 foi um pouco mais complicado, com uma demora maior do que a esperada, disponibilizando para aplicação no ano de 2019 cerca de R\$ 24 milhões, com alguns projetos já avaliados do ano anterior e que estavam na fila de projetos, reservados 10% para o custeio da FABHSMT. Rosângela César (CETESB) esclareceu que são recursos válidos para 2019 fechando até dezembro de 2018. Andrade também esclareceu a que algumas vezes o Comitê apoia projetos, mas por diversos motivos os projetos são cancelados e o recurso volta para o comitê no ano seguinte, esclarecendo que a somatória de recursos pela cobrança do uso da água aproximadamente R\$ 7 milhões/ano, e do FEHIDRO aproximadamente e de R\$ 1,5 a 2 milhões, sendo que também muitas vezes o projeto chega ao seu final e o custo é menor do que o aprovado pelo comitê, e a quantia volta para o comitê. Para apresentar projetos devem se encaixar nos programas de duração continuada definidas pelo comitê-PDC. Na sequência apresentou a planilha contendo os projetos em análise. Rosângela esclareceu sobre a proposta de alteração, para adequações, referentes à Deliberação 07 de dezembro. Apresentou também os pleitos que estavam na fila de projetos. André disse que alguns projetos saíram do pleito, por diversos motivos, como por exemplo problema já identificados pela CTPLAGRHI para o andamento do projeto, e apresentou a lista dos que continuavam pleiteando os recursos, para serem aprovados na próxima reunião do colegiado. Esclareceu que a data final para apresentação dos novos pleitos ainda não estavam definidas, devido à reorganização da Secretaria de meio ambiente do Estado, em fusão com outras Secretarias, devendo ser definido até o dia 11 do próximo mês, mas já estava definido aproximadamente a quantidade de recursos para os novos pleitos, no PDC 1 teriam aproximadamente R\$ 4,5 a 5 milhões, PDC 3 e 4 R\$ 9 milhões e PDC R\$ 1,5 milhão a para os demais, e também na próxima reunião deveriam aprovar a abertura de novo Edital para receber novos pleitos. Rosângela, referente aos projetos de drenagem do município de



416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

443

444

445

446 447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - CBH-SMT

Aracoiaba da Serra, disse provavelmente deveria haver a readequação de PDC, o que foi apontado também para o projeto de Cesário Lange, ou talvez precisariam fazer o projeto somente para saneamento e drenagem, os problemas de cheias porque os Agentes técnicos já estavam realizando tais correções. André disse que o mais adequado seria o contato direto, consultando o tomador e, James disse que já foi comunicado com os tomadores, sobre a troca de PDC, recebendo como resposta "se mudar de PDC sei que não tem recursos". Rosângela disse que não era prerrogativa do tomador do enquadramento no PDC, mas de acordo com a planilha de conformidade. No final dos debates André propôs para a Prefeitura de Araçoiaba definir 2 projetos dentro do PDC 7 e apresentar os outros futuramente, talvez até mesmo em diálogos com os Agentes técnicos para os esclarecimentos e, Eleusa esclareceu para a escolha dos dois prioritários, e lembrou que a questão é importante porque na devolução dos projetos o comitê poderia perder pontuação e perdendo pontuação perdiam recursos. Claudio disse que chegou até mesmo a cogitar a elaboração de projeto para recuperação com plantio das matas ciliares do Pirajibu, mas o projeto não andou e André esclareceu que o projeto está nas mãos do CERISO para licitação com a contratação de uma empresa, contemplando 3 municípios para as atividades nas demais Prefeituras, mas poderiam inclusive até mesmo elaborar o segundo projeto para contemplar o que não foi elaborado no primeiro projeto. Voltando ao projeto de Araçoiaba, André esclareceu que estavam consultando porque havia um representante na reunião, mas a decisão seria da CTPLAGRHI, de toda forma no novo Edital deveria constar claramente o valor disponível para cada PDC. Claudio alertou para a complexidade do solo da região de Araçoiaba. André disse que projetos para Educação ambiental tem tido pouca procura e muitas ONGs não estavam conseguindo levar a frente projetos de Educação. James alertou para os tomadores seguirem o roteiro de análise dos Agentes técnicos, Resolução SMA 42/2016 disponível no site sigrh, deve estar de acordo com o Termo de referência, caso contrário o projeto seria devolvido, e geralmente projetos de Educação ambiental voltam porque não seguem o roteiro, e se colocou à disposição para esclarecimentos. Surgiu debates sobre pontuação com critérios diferenciados para prioridades, Gomes disse que poderia ser uma boa ideia, mas teriam que estudar e planejar melhor, provavelmente a ser aplicada em 2020.

442 6) Informes;

Sobre a pauta para a próxima reunião do Comitê constavam: eleição da mesa diretora e representantes do Comitê, abertura, deliberação sobre composição da plenária do comitê gestão 2019-2021, a eleição, e já com indicação do Vice-presidente da reeleição de Wendell, aprovação da Ata da reunião anterior, constando também deliberação criação do CT Rural, que já foi retirado de pauta, Deliberação de composição das Câmaras técnicas, sendo depois realizada composição nas respectivas Câmaras os Grupos trabalho, deliberar sobre composição dos membros da FABHSMT com a posse em reunião do Conselho deliberativo da Fundação Agência, indicação do Presidente da FABHSMT, Deliberação para o segmento dos municípios no CRH, CONESAN, Fórum Paulista dos Comitês e do Fórum de mudanças climáticas, Plano de aplicação dos recursos e Deliberação dos pleitos FEHIDRO, apresentação do tema "Rios sem lixo" e apresentação das ações de mobilização sobre o dia mundial da água, a assinatura do convênio do Termo de cooperação dos municípios, conforme apresentado nesta reunião, sendo também retirado de pauta o Parecer do empreendimento Smart City analisado nessa mesma reunião, e que deve continuar a ser analisado nas demais reuniões, Edital Fehidro/2019, após os informes e encerramento. Houve debates sobre a grande quantidade de itens para a pauta ou a necessidade de agendarem uma nova reunião. Gomes esclareceu sobre as ações do dia mundial da água com a ideia que os slides fossem apresentados durante a reunião, transmitindo apenas o resultado geral da bacia, de todos os municípios, não individualmente. Wendell sugeriu e solicitou compreensão de todos para poderem cumprir a pauta



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - CBH-SMT

como apresentada. James esclareceu sobre a situação dos pleitos 2018, até o dia 29 alguns Agentes técnicos deveriam definir se foram aceitos ou rejeitados, outros receberam recentemente que estão em comunicação com a SECOFEHIDRO para obter mais prazo. Finalizando a reunião Claudio Cutri Robles (Associação de Amigos do Bairro 25-AA25) apresentou proposta de moções (i) devido aos riscos para a população vizinha da barragem da empresa CBA, a mesma deve apresentar Plano de emergência, um plano para as áreas inundadas. Solicitou que os chefes de executivo dos municípios de Mairinque, Alumínio, Sorocaba e Itu, se organizem cooperativamente e imediatamente a respeito das áreas que poderiam ser atingidas por uma possível inundação, (ii) estudo considerando a represa de Itupararanga, devem ser tomadas ações inadiáveis para melhoria de qualidade de suas águas, e para resolver os problemas localizados na montante promovendo amplo estudo para diagnosticarem os reais problemas da represa. Parabenizou pelas nações em comemoração ao dia Mundial da água, e sugeriu que o Comitê deve elencar todos problemas da bacia a serem tratados com os interessados apresentando projetos.

André sugeriu a apresentação das três moções e, considerando que as Secretarias de Estado estavam em fusão, para que a organização do território da Regional da CETESB e, dos órgãos ambientais do Estado, seguissem o mesmo recorte da bacia hidrográfica. Também sugeriu que Claudio apresentasse as três moções da reunião, podendo fazer intervenção para a última moção.

André solicitou salva de palmas para o colega Dartan Gravina pela recente defesa de Mestrado, na Universidade Federal, enfocando também estudo sobre a participação popular nos órgãos ambientais, "Protagonismo no palco das questões ambientais."

Tendo sido cumprida a pauta e não havendo outros assuntos, André Cordeiro, Coordenador da CTPLAGRHI agradeceu as presenças e encerrou a reunião. Esta ata foi taquigrafada pelo taquígrafo Dartan Gravina.